



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 122.561/09

CONTRATO N. 2009/266.6

SEXTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A
IOS - INFORMÁTICA,
ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS S.A.,
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE APOIO À ATIVIDADE DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO,
PARA A CÂMARA DOS
DEPUTADOS.

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e onze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a IOS - INFORMÁTICA, ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS S.A., situada no Centro Empresarial Brasília Shopping, SCN Quadra 05, Bloco A, Sala 1001, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o n. 38.056.404/0001-70, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Diretor, o senhor ANDRÉ LUIZ ESCANDURA, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado em São Paulo-SP, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo, em conformidade com o processo sob referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, com a Lei n. 10.520, de 17/7/02, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente Aditivo decorre da supressão de 2 (duas) vagas de “Técnico de Microinformática Júnior” e de 1 (uma) vaga de “Técnico de Apoio ao Desenvolvimento Júnior”, com o correspondente acréscimo de 1 (uma) vaga de “Documentador Operador de Microinformática Sênior” e 1 (uma) vaga de “Técnico de Apoio ao Desenvolvimento Sênior”, **a partir de 15.8.11.**

A alteração referida acima representa uma redução de R\$ 6.726,59



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(seis mil, setecentos e vinte e seis reais e cinquenta e nove centavos) no valor total, o que representa uma supressão de, aproximadamente, 0,04% (quatro centésimos por cento) no valor mensal atualizado do Contrato, e encontra amparo no artigo 65, §1º, da LEI, correspondente ao artigo 113, §1º, do REGULAMENTO.

O Contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2009/266.6, passa a vigorar com sua redação modificada nas seguintes cláusulas:

“.....

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente Contrato deverão ser executados com rigorosa observância ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09, em especial no seu Anexo n. 2 – Caderno de Especificações.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá manter à disposição da CONTRATANTE quadro de pessoal que atenda às exigências editalícias, com as seguintes quantidades e remuneração por categoria:

Categoria	Qtde. até 14/8/11/	Qtde. de 15/8/11 a 30/11/11	Qtde. a partir de 1/12¹	Remuneração Individual
Documentador Operador de Microinformática Júnior	29	29	29	1.054,93
Documentador Operador de Microinformática Pleno	17	17	17	2.140,00
Documentador Operador de Microinformática Sênior	18	19	19	2.486,62
Instalador de Cabeamento	29	29	21	1.250,84
Técnico de Apoio ao Desenvolvimento Júnior	5	4	4	2.863,37
Técnico de Apoio ao Desenvolvimento Pleno	13	13	13	4.069,00
Técnico de Apoio ao Desenvolvimento Sênior	32	33	33	5.274,63
Técnico de Atendimento ao Cliente	6	6	6	3.466,18
Técnico de Atendimento Júnior	33	33	33	2.486,62
Técnico de Atendimento Sênior	2	2	2	2.863,37
Técnico de Infra-Estrutura de TI – Nível I	9	9	9	2.486,62
Técnico de Infra-Estrutura de TI – Nível II	6	6	6	3.146,46
Técnico de Infra-Estrutura de TI – Nível III	10	10	10	3.775,75
Técnico de Infra-Estrutura de TI – Nível IV	3	3	3	5.274,63
Técnico de Microinformática Júnior	53	51	51	2.486,62
Técnico de Microinformática Sênior	10	10	10	2.863,37
Técnico de Operação de Computadores	5	5	5	2.140,00
Técnico de Paineis de Votação Pleno	3	3	3	3.466,18
TOTAL	283	282	274	

¹ *Alteração de quantitativo feita por meio do Quinto Termo Aditivo assinado em 31/5/11



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo segundo – Os salários fixados correspondem ao mês de maio de 2010, devendo possíveis reajustes obedecer à política salarial vigente das categorias, sendo que a entidade de classe considerada pela CONTRATANTE como legítima representante da categoria profissional é o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Distrito Federal – SINDPD-DF.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total do presente Contrato é de R\$ 19.436.247,79 (dezenove milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), a ser pago em parcelas mensais, de acordo com a seguinte composição:

a) De 1º/6/11 a 14/8/11

MONTANTE “A”

1. Remuneração.....	R\$ 768.953,61
2. Adicionais previstos em lei.....	R\$ 679,47
3. Encargos Sociais (55,11%).....	R\$ 424.144,79
4. Subtotal Montante “A” (1 + 2 + 3).....	R\$ 1.193.777,87

MONTANTE “B”

5. Grupo 1 do Montante “B”.....	R\$ 148.275,83
- auxílio-alimentação.....	R\$124.920,00
- auxílio-transporte.....	R\$ 3.390,96
- uniforme.....	R\$ 2.693,33
- convenção – auxílio funeral.....	R\$ 130,18
- convenção – assistência médico-hospitalar.....	R\$ 9.455,03
- convenção – contribuição EFTI.....	R\$ 7.696,33
6. Subtotal do Mont. “A” + Grupo 1 do Mont. “B” (4 + 5).....	R\$ 1.324.053,70
7. Grupo 2 – Taxa de Administração (14,30%).....	R\$ 191.913,68
PREÇO TOTAL MENSAL (6 + 7).....	R\$ 1.533.967,38

b) De 15/8/11 a 30/11/11

MONTANTE “A”

1. Remuneração.....	R\$ 768.878,25
2. Adicionais previstos em lei.....	R\$ 679,47
3. Encargos Sociais (55,11%).....	R\$ 424.103,26
4. Subtotal Montante “A” (1 + 2 + 3).....	R\$ 1.193.660,98

MONTANTE “B”

5. Grupo 1 do Montante “B”.....	R\$ 147.784,29
- auxílio-alimentação.....	R\$124.480,00

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

- auxílio-transporte.....	R\$ 3.408,49	
- uniforme.....	R\$ 2.625,00	
- convenção – auxílio funeral.....	R\$ 129,72	
- convenção – assistência médico-hospitalar.....	R\$ 9.445,50	
- convenção – contribuição EFTI.....	R\$ 7.695,58	
6. Subtotal do Mont. “A” + Grupo 1 do Mont. “B” (4 + 5).....		R\$ 1.341.445,27
7. Grupo 2 – Taxa de Administração (14,30%).....		R\$ 191.826,67
PREÇO TOTAL MENSAL (6 + 7).....		R\$ 1.533.271,94

c) De 1º/12/11 a 31/5/12**MONTANTE “A”**

1. Remuneração.....	R\$ 758.871,53
2. Adicionais previstos em lei.....	R\$ 679,47
3. Encargos Sociais (55,11%).....	R\$ 418.588,56
4. Subtotal Montante “A” (1 + 2 + 3)	R\$ 1.178.139,56

MONTANTE “B”

5. Grupo 1 do Montante “B”	R\$ 143.134,45
- auxílio-alimentação.....	R\$120.960,00
- auxílio-transporte.....	R\$ 2.893,01
- uniforme.....	R\$ 2.381,67
- convenção – auxílio funeral.....	R\$ 126,04
- convenção – assistência médico-hospitalar.....	R\$ 9.178,22
- convenção – contribuição EFTI.....	R\$ 7.595,51
6. Subtotal do Mont. “A” + Grupo 1 do Mont. “B” (4 + 5)	R\$ 1.339.284,01
7. Grupo 2 – Taxa de Administração (14,30%).....	R\$ 188.943,61
PREÇO TOTAL MENSAL (6 + 7)	R\$ 1.510.216,19
8. Despesas com 13º salário	R\$ 1.178.017,19

PREÇO GLOBAL..... R\$ 19.440.729,99

Parágrafo primeiro – Em relação às despesas com 13º salário, previstas nesta Cláusula, deverão ser observadas as condições previstas no subitem 3.1.3 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09.

Parágrafo segundo – O pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA e aceitos definitivamente pela CONTRATANTE será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo terceiro – As faltas ao serviço do pessoal que executará os serviços à CONTRATANTE, a serem apontadas pelo órgão fiscalizador, desde que a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, nos termos definidos no Anexo n. 6 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09.

Parágrafo quarto – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, para ateste pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo quinto – A primeira nota fiscal/fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês. As notas fiscais/faturas subsequentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.

Parágrafo sexto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do ateste do órgão fiscalizador e estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova da quitação da folha de pagamento específica do contrato, dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo as informações exigidas no Título 3 do Anexo n. 7 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09, fornecida em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- b) comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do recolhimento individualizado específico do contrato, por empregado, do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- c) cópia com autenticação bancária da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), específica do contrato, acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;
- d) espelho da folha de pagamento específica do contrato, bem como espelho de substituições e rescisões, a serem elaborados em conformidade com o modelo apresentado no Título 1 do Anexo n. 7 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09, fornecido em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- e) comprovantes específicos do fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação referentes ao contrato;
- f) quando do pagamento da verba do 13º salário, espelho das informações a ser elaborado em conformidade com o modelo apresentado no Título 2 do Anexo n. 7 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09, fornecido em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- g) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados;
- h) Comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, imposto de renda, se for o caso, e demais encargos decorrentes de relações trabalhistas relativas ao pessoal contratado como trabalhador temporário ou como prestador de serviço autônomo.

Parágrafo sétimo – O formato dos arquivos a serem fornecidos pela CONTRATADA, referidos nas alíneas “a”, “d” e “f” do parágrafo anterior, será definido pelo Centro de Informática em conjunto com o Departamento de Material e Patrimônio da CONTRATANTE.

Parágrafo oitavo – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data referida no parágrafo sexto desta Cláusula e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da fórmula constante do subitem 14.2.3 do Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09.

Parágrafo nono – A não observância dos prazos legais para pagamento mensal dos salários e do 13º salário do pessoal que executará os serviços na CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Anexo n. 6 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09.

Parágrafo décimo – A instituição bancária, a agência e a conta corrente deverão estar indicados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo décimo primeiro – Para liberação das faturas, a CONTRATANTE levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo décimo segundo – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e nos demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo décimo terceiro – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva nota fiscal/fatura.

Parágrafo décimo quarto – À CONTRATANTE será autorizado recortar das faturas devidas à CONTRATADA os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais haveres trabalhistas resilitórios, inclusive os encargos legais deles decorrentes, devidos aos empregados da CONTRATADA, para repassá-los à conta corrente destes, bem como realizar os recolhimentos tributários, na ocorrência de uma das seguintes situações excepcionais:

a) por ocasião da demonstração de incapacidade da CONTRATADA em efetuar os pagamentos aos seus empregados na data aprazada;

b) por ocasião da não comprovação do pagamento por parte da CONTRATADA, na rescisão contratual, das indenizações rescisórias devidas aos empregados demitidos.

.....

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia de R\$ 972.036,50 (novecentos e setenta e dois mil, trinta e seis reais e cinquenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, em conformidade com o disposto no artigo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

56 da LEI, c/c o artigo 93 do REGULAMENTO, e nos termos do Título 12 do Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09.

Parágrafo único – A garantia referida no *caput* desta Cláusula será prestada no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e só poderá ser levantada ao final da vigência contratual.

.....”

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 7 (sete) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 12 de agosto de 2011.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Rogério Ventura Teixeira
Diretor-Geral
CPF n. 292.707.311-20

André Luiz Escandura
Diretor
CPF n. 065.606.088-32

Testemunhas: 1) _____

2) _____

CCONT/RS